

A RETÓRICA NAS FESTIVIDADES NACIONAIS: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E O PROJETO POLÍTICO IMPERIAL ATRAVÉS DOS DISCURSOS

Raphael Silva Fagundes*

RESUMO

Este artigo joga luz sobre os discursos produzidos nas festividades durante o império do Brasil observando a atuação dos letrados do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no projeto político inaugurado com a chegada de D. Pedro II ao poder. As festividades nacionais eram ocasiões especiais para a atuação destes eruditos que se aproveitavam da cena simbólica para demonstrar sua posição e a importância da “Casa da Memória Nacional” para o progresso da nação.

Palavras-chave: retórica, IHGB, Império, festividade nacional

ABSTRACT

This article sheds light on the speeches produced on festivities during the Empire of Brazil by analyzing the role of the scholars of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro in the political project that was put in place after D. Pedro II had rose to power. Those national festivities, due to its symbolism, were often utilized by the aforementioned scholars as an opportunity to show their status and the importance of the “Casa da Memoria Nacional” for the progress of the Nation.

Keywords: rhetoric, IHGB, Empire, national festivity

Apoderar-se de situações festivas para se alcançar fins políticos é uma prática milenar. No século XIX, em que tradições começam a serem inventadas para fortalecer a coesão social e garantir a repetição de uma norma comportamental, as festividades públicas tornam-se um grande instrumento para a reprodução de poder (HOBSBAWM, 2008: p. 9). No Brasil, dos anos de 1840, marcado pelos distúrbios internos que ameaçavam a ordem central, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), se aproveita dessa prática milenar, por meio das comemorações nacionais, com o objetivo de evidenciar a sua posição em tal cenário político.

Segundo a professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, a fundação do IHGB não foi por mero “amor às letras” ou porque esses homens estavam “saturados do monopólio que a vida política vinha exercendo em suas mentes”, mas o resultado de uma disputa política entre a “facção áulica”, liderada pelo ministro Aureliano de Sousa Coutinho e o avanço do “regresso”

* Doutorando do Programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: raphaelsfagundes@yahoo.com.br

encabeçado por Bernardo Pereira de Vasconcellos. Buscava-se um espaço aparentemente neutro para a volta dos áulicos ao poder (GUIMARÃES, 2011: p. 43). A partir deste contexto, a associação de letrados investiu em um sólido projeto para a consolidação do Estado imperial centralizado na corte.

Arno Wehling demonstra a importância do Instituto no processo de construção da unidade territorial por meio do “cultivo sistemático da memória nacional” (WEHLING, 1999: pp. 33-34). Segundo Wehling, o IHGB “é a mais concreta realização, no plano cultural”, dos objetivos que a política da elite queria atingir: a valorização da monarquia constitucional e da unidade nacional (WEHLING, 1999: pp. 33-34). Sendo assim, para criar uma ideia de nação coesa, pondo fim aos interesses provinciais causadores de conflitos, a elite cultural associada ao Instituto, administra o passado, forja mitos nacionais e, como destacou Manoel Salgado Guimarães, fez deste espaço um reduto onde os debates sobre a construção da identidade nacional tornam-se legítimos (GUIMARÃES, 2007: p. 103).

A retórica tem uma grande função neste projeto. Temístocles Cezar, ao analisar o discurso de Januário da Cunha Barbosa no ato de fundação do IHGB, observa a dimensão persuasiva presente em tal ato de fala. “O *império da eloquência*”, segue Cezar, “foi constituído no Brasil, não somente pelos manuais escolares e pelos debates entre os políticos, mas também por discursos como o de Barbosa”. Segundo Cezar a “eloquência, é uma arma, é um meio de intervenção decisivo tanto na vida política do império brasileiro, como na construção de uma noção de história no IHGB”. A retórica da história é útil, “acima de qualquer outra coisa, à nação” (CEZAR, 2004: p. 27). Era do reduto oitocentista que emanavam as principais interpretações da história pátria, consubstanciadas por uma *retórica da nacionalidade* que buscava tanto conter e resistir à possível dispersão de um discurso, que se pretendia unívoco, quanto procurava, por meio de seus associados, constituir-se como campo de saber, voltado para explicar a existência de uma nação ao longo do tempo formada por “brasileiros” (CEZAR, 2006: p. 26).

Através de um grande arcabouço retórico, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) pretendiam comprovar que estavam ao lado do governo de D. Pedro II na missão de assegurar a centralização política, sem a qual o progresso nacional estaria em xeque. Houve um grande investimento, por parte da corporação, em deixar clara tal empresa ao decorrer dos anos 1840. Isso pode ser constatado, não só nos pronunciamentos das sessões magnas de aniversário, mas, também, na participação do Instituto nas festividades cívicas em

dias-chave da política nacional, enviando deputações encarregadas em cumprimentar, por meio de alocações encorpadas de elementos retóricos, Sua Majestade Imperial.

Buscaremos apreender a funcionalidade destes discursos em meio à cena política que estas festividades invocavam. Hendrik Kraay afirma que esses rituais cívicos são, “ao mesmo tempo, ‘ritos do poder’, liturgias através das quais as autoridades articulam e representam a sua pretensão ao poder legítimo” (KRAAY, 2008: p. 331). A posição de Mona Ozouf é clara em relação ao sentido que atribuímos aqui às celebrações nacionais que buscavam despertar o sentimento patriótico:

Toda comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo. Os programas das festas, os planos para os cortejos, os projetos de monumentos e os discursos martelam quatro afirmações pelo menos: de que nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos sempre os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos. Não há comemoração sem este conjunto, sem este permanente conjunto (OZOUF, 1984: p.143).

Por seu turno, Maria Eurydice de Barros Ribeiro, analisando o caso brasileiro, acredita que devido à fragilidade do sentimento nacional na primeira metade do século XIX brasileiro, o Estado investiu fortemente na figura simbólica da monarquia e em todo um mundo cerimonial (RIBEIRO, 1995: p. 13).

As ruas também participavam das comemorações. Lilia Moritz Schwarcz destaca a mobilização da população como uma forma de reconhecimento do poder:

Nesses momentos, vários grupos sociais compartilhavam o espaço das ruas e uniam-se de diferentes formas de manifestação cultural com um intuito comum: homenagear o imperador. Espaço privilegiado para a construção de uma representação da monarquia, as festas transformam-se em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da realeza (SCHWARCZ, 2007: p. 253).

Sem dúvida, o que podemos observar nessas cerimônias, são traços de tradições herdadas do Antigo Regime em meio a um novo circuito político e cultural que queria se firmar. Por exemplo, a cerimônia de aclamação dos imperadores oitocentistas no Brasil, revelava uma continuidade com a tradição portuguesa, entretanto, novos elementos foram introduzidos como o culto à Constituição. Ribeiro menciona que o “liberalismo no Brasil procurava compor com outras forças políticas, incluindo o absolutismo” (RIBEIRO, 1995, p. 13). Os novos valores foram imediatamente incorporados à tradição. Por isso, fazendo uma articulação com os apontamentos de Arno J. Mayer, os historiadores, que se debruçam a compreender a construção da identidade nacional e da consolidação do Estado independente, “terão de considerar não só o grande drama da transformação progressiva, mas também a

implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas” (MAYER, 1987: p. 14).

Mas qual era a relação do IHGB com tais festas? Tal como outras instituições congêneres, o IHGB costumava enviar deputações para cumprimentar, congratular, felicitar o Imperador nas datas festivas durante a década de 1840, momento em que D. Pedro II, ainda jovem, chegava ao poder e se adaptava ao trono. Por meio destas celebrações, penetrava-se em uma atmosfera simbólica com o objetivo de apertar os laços com a monarquia constitucional e com o projeto de centralização implantado em finais da década de 1830. Desta forma, emitia-se um discurso carregado de uma retórica que visava evidenciar a posição do Instituto no cenário político, persuadindo de que tal associação era indispensável para promover o progresso da nação ao lado da política imperial. Desta forma, para comprovar esta tese, lançou-se mão de diversas estratégias argumentativas. A oratória, tida “como espetáculo público no Brasil oitocentista”, fazia parte, também, desta cena “litúrgica” e, era exatamente por meio dela que o IHGB manifestava sua presença (SOUZA, 1999: p. 91).

No primeiro contato do grêmio de letrados com D. Pedro II por meio de uma deputação, registrado na Revista Trimestral da instituição de 1839, mostra a proximidade que pretendia estabelecer com o jovem soberano, é o que deixa traspasar as palavras do Visconde de São Leopoldo, presidente da associação: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos envia em deputação para render muito respeitosamente a V. M. I. o foros do seu amor e da sua lealdade”. O discurso do presidente apresenta a grande habilidade com as palavras ao “pedir” ao Imperador que “aceitasse o título de seu protetor”:

Também [o IHGB] nos incumbiu de rogar humildemente a V. M. I. a graça vivificante do título de protetor do seu Instituto. A proteção às letras é o mais valioso atributo e a jóia mais preciosa da coroa dos príncipes: por ela se fizeram grandes Luiz XIV em França, e os Médicis na Itália, quando acolhiam as ciências e artes, que escapavam das ruínas do império grego: mas nem necessidade de mendigar modelos estranhos, bastará o augusto pai de V. M. I., que dignando-se aceitar a presidência da Academia Real das Ciências de Lisboa, para que nem esse benéfico predicado lhe faltasse...(8ª Sessão (ordinária) em 23 de Março de 1839, 1908: p. 52)

Nesse estilo de exposição dos argumentos observa-se a citação de modelos longínquos para legitimar uma determinada ação, uma retórica que se baseia em exemplos e silogismos. Entretanto, nesta ocasião, tem-se o cuidado em não apenas citar qualquer “modelo”, mas precisar no “augusto pai de V. M. I.”, esbanjando um dos posicionamentos do IHGB: a continuidade com a dinastia Bragança. Este elo de continuidade é uma das marcas da retórica

dos sócios do Instituto, ao lado, não obstante, da ideia de proteção às ciências e letras, fundamental para destacar a participação do Instituto no circuito político que tinha o progresso da nação como um dos principais temas.

No dia Sete de Setembro do ano de 1840, o Sr. Major Pedro de Alcântara Bellegarde estabelece uma relação entre o governo de D. Pedro I e de seu herdeiro. Porém, não deixa de lembrar o Instituto ao falar do importante lugar da história e da geografia na fundação do Estado independente:

Fundar um grande estado, dar-lhe constituição aprovada às luzes do século e às necessidades de um império destinado a ocupar um tão importante lugar na história e na geografia, foi a tarefa ilustre do inclito herói antecessor e Pai de V. M. I. Fazer com que os povos tirem a máxima vantagem destes bens, constituindo-se uma nação poderosa e feliz, é, sem dúvida, a missão que estava reservada pelo Altíssimo ao próspero reinado de V. M. I. (47ª sessão em 18 de Setembro de 1840, 1916: p. 429).

O IHGB mistura-se ao Estado, mostrando que ao reinado de D. Pedro II estava reservada a missão de tornar o Império próspero e feliz em meio a um espaço geográfico iluminado por uma história que o Instituto seria o grande administrador. Além disso, uma retórica com uma pitada de religiosidade não foi dispensada por Bellegrade, como era praxe da época, dando ainda mais força as suas ideias.

A alocução do Sr. Major Bellegarde apropria-se de uma retórica ainda mais poderosa. Desta vez é a imagem do monarca o destaque. O orador buscou em lugares da história ocidental elementos que pudessem abrilhantar o golpe palaciano-parlamentar que acabara de se realizar. Traz à baila uma continuidade com o governo do primeiro Imperador, dando um significado sagrado ao nome Pedro:

Senhor! Contarão os antigos romanos, esse povo rei, as suas eras da fundação daquele império dominador do antigo mundo, e da cidade a que a grande duração e esplendor tem dado título a dominação de Cidade Eterna; e se um Pedro foi a pedra fundamental de sua maior e perene grandeza, outro Pedro, o Augusto Pai de V. M. I., deu novos brasões e glória à Terra de Santa Cruz (47ª sessão em 18 de Setembro de 1840, 1916: p. 429).

O Pedro fundador da primeira Igreja romana é comparado ao Pedro fundador do Império e pai de D. Pedro II. A continuidade dos reinados será sempre destacada nos discursos, dando um aspecto de progresso e evolução à caminhada repleta de espinhos na qual se encontrava a nação. Uma retórica ligada à religião já marcava presença em importantes momentos políticos desde os tempos do Primeiro Reinado. É o que podemos encontrar nas palavras do cônego Joaquim Pereira dos Reis que comparou D. Pedro I a Moisés em uma oração feita em 7 de setembro de 1830 na igreja paroquial de N. Senhora da Candelária,

mostrando que o primeiro havia nos dado “uma constituição benigna, afável e tão generosa como essa primeira constituição do mundo, dada em duas tábuas ao fiel Moisés” (apud KRAAY, 2008: p. 339).

O fato do Juramento da Constituição ter sido em março acabou adquirindo um teor sagrado porque pode está ligado às Escrituras Sagradas, assim como a chegada da Família Real, um acontecimento que para os membros do IHGB marcava o início do processo da independência da nação. Em 1813, Januário da Cunha Barbosa, futuro secretário perpétuo do Instituto, atuando como pregador da capela real, professor de filosofia e editor do jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*, tem sua *Oração de ação de graças* publicada no periódico *O Patriota*. Comemorava-se o 5º aniversário da chegada da Família Real e o jornal destaca que “O autor tomou o seu tema do capítulo 3º do Levítico, em que Moisés manda celebrar a liberdade do povo hebreu no mês de março” (*O Patriota*, 1813: p. 90). No Brasil independente, o dia do Juramento da Constituição era 25 de março, um marco simbólico que fomenta a retórica política recheada de elementos cristãos.¹

Outro elemento importante que deve ser observado no discurso de Bellegarde é a importância do Império Romano. Desde os anos 1820, os eruditos já demonstravam um grande interesse pela literatura ligada à história dos “antigos romanos”. O “império dominador do antigo mundo” servia de inspiração a todos que se dedicavam ao projeto monárquico brasileiro e que viam neste a salvação da integridade nacional. Tornou-se assim uma categoria retórica, muito presente nos discursos dos sócios do IHGB (MOREL, 2005: p. 38).

As emoções são lançadas para arrepiar a epiderme dos ouvintes de plantão e, até mesmo, daqueles que lêem a quilômetros de distância as páginas publicadas da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Continuando a análise sobre o discurso de Bellegarde nos deparamos com o sentimento de unidade sendo forjado em prol de um projeto político que se põe como o dominante:

Senhor! As primeiras páginas da história do Brasil, sob o feliz império de V.M.I., já estão gravadas em indelével e gratos caracteres no coração dos Brasileiros. Ainda menor, foi V.M.I. o mais seguro penhor da nossa existência política, a aurora precursora de um formoso dia. Já despontou no horizonte este dia afortunado, e o primeiro clarão mostrou ao mundo toda a sua radiante pompa: a clemência, o mais nobre e virtuoso atributo do poder dos reis, atributo que mostra em toda plenitude a sua benéfica majestade, ditou um dos primeiros atos do reinado de um Príncipe, que impera por direito incontestável, e por unânime aclamação de seus fieis súditos (47ª sessão em 18 de Setembro de 1840, 1916: p. 430).

¹ Sobre esta questão da relação entre a retórica cristã e política ver a obra de Maria Renata da Cruz Duram (DURAN, 2013: p. 159).

A maioria acabara de acontecer. Tudo estava ainda à flor da pele. E quem gravou a história do Brasil e do jovem império no coração dos brasileiros? O Instituto Histórico e seus integrantes que se esmeravam não só em suas pesquisas, mas na criação da sua imagem ao lado da nação e do Império.

Essas colocações corroboram as proposições de Ilmar Mattos acerca do processo de construção da unidade nacional. O processo de Independência transmitiu uma concepção de Império do Brasil oriunda de um projeto que já estava sendo debatido há algum tempo. Entretanto, os eruditos que defenderam essa herança depararam-se com a missão de forjar as bases para a nacionalidade, de construir uma nação, com suas singularidades e glórias, fortificando, através dos símbolos, o projeto de expansão para dentro do território (MATTOS, 2005: p. 11). A interação desses dois projetos só seria, de fato, concretizada em meados dos oitocentos, com os saquaremas, segundo Mattos. Os sócios do IHGB, ao lado de D. Pedro II, eram esses “herdeiros” e “construtores”, dando forma à monarquia constitucional, por meio de um empreendimento cultural que visava atender pretensões políticas.

A deputação que foi apresentar cumprimentos ao Imperador, liderada novamente pelo Sr. Major Pedro de Alcântara Bellegarde, no dia do natalício do monarca em 1840, também não dispensa os valores como componentes imprescindíveis ao discurso. Destaca como o Instituto deve respeito ao Imperador: “aos outros títulos de amor, respeito e devoção que ele consagra a V. M. I.” (47ª sessão em 18 de Setembro de 1840, 1916: p. 549) Esses laços, amorosamente atados, só legitimam e fortalecem a posição do IHGB nos negócios da nação.

A emoção, o sentimento, a paixão são um dos principais elementos para tornar um discurso suasório. Aristóteles, por exemplo, é enfático ao dizer que “obtem-se a persuasão nos ouvintes, quando o discurso os leva a sentir uma paixão” (ARISTÓTELES, s/d: p. 35). É o emocional o principal elemento que leva as pessoas a se inclinarem a uma tese. “Tanto é certo que o espírito e alma da Eloquência consiste propriamente nos afetos” (QUINTILIANO, 1788: p. 440), nos mostra Quintiliano.

Patrick Charaudeau, por sua vez, em artigo muito citado pelos que se propõem a analisar o discurso, acrescenta às etapas da atividade retórica² uma tópica ligada à emoção, a *patemia*. Ela é composta, segundo o semiolinguísta, por um conjunto de figuras e se manifesta em meio às palavras de forma intencional, pois não é qualquer elemento emotivo que poderá ser usado pelo orador. É a situação comunicativa, perpassada por aspectos da interação social e

²As cinco etapas são: inventio, dispositio, elocutio, memória e actio.

das representações psicossociais, que propiciará o uso adequado de cada termo emocional, desencadeando um efeito patêmico (CHARAUDEAU, 2010: p. 26). O manejo e a mobilização desse arcabouço passional para se atingir um fim persuasivo são chamados por Charaudeau de *patemização*, alusão direta ao nível das provas retóricas que retêm as emoções do auditório: o *patos*.

O que está em jogo não é mais a lógica, mas o despertar da vontade; não estamos mais no nível racional do processo persuasivo, e sim no emocional. O discurso envolve o ouvinte a ponto de fazê-lo aderir ao seu conteúdo voluntariamente. O orador deve mostrar-se emocionado, deve mostrar objetos que emocionam e, mesmo que os objetos sejam indiferentes a todos, é preciso torná-los emocionantes (PLANTIN, 2004: p. 372).

Na relação retórica que envolve o falante e o ouvinte, observa-se uma relação direta entre o *etos* e o *patos*. O orador deve apresentar-se por meio de um caráter complacente e, ao mesmo tempo, se adaptar ao estado psicológico do público (REBOUL, 2004: p. 372). Assim, deve fazer emanar um mundo capaz de gerar uma identidade que será compartilhada com os ouvintes. Os elementos que estão ao redor dos enunciados, o que chamamos de enunciação, apoderam-se dos materiais oferecidos pelo mundo e, por hábil estratégia, permite uma representação na qual os ouvintes se enxerguem ao entrar em contato com ela. Isto possibilita que a retórica se torne um “espaço onde a identidade se torna diferença e a diferença identidade, sempre num jogo sutil de aproximações e de afastamentos, de comunhão e de exclusão” (MEYER, 2007: p. 136). Na construção da identidade, o sedutor (o sujeito de enunciação) visa diminuir a distância e age como se esta já houvesse sido abolida ou não tivesse mais importância. Tendo em vista esta questão, os discursos prolatados nas celebrações do IHGB, mobilizavam as emoções visando à unidade de todos em um único corpo político-imaginário, a nação.

A contenda semântica e a realidade política, que havia no período regencial, deveriam ser eliminadas. Os sócios, quando buscavam persuadir de sua missão, também tinham o objetivo de dissuadir o que quer que se relacionasse com esse passado recente. Como acentua Reboul, esse fenômeno é muito comum no processo argumentativo, pois “é raro que um discurso persuasivo não seja *ipso facto* dissuasivo” (REBOUL, 2004: p. 140). Para isso os argumentos de paz, conciliação e harmonia eram envolvidos por um grande manto emocional; não era para tanto que Aureliano de Souza Coutinho, figura ilustre do IHGB e da política do momento, dizia que uma “era de paz e conciliação para todos os Brasileiros” (COUTINHO,

1916: p. 420) havia começado graças ao Imperador. Sua pompa nos trouxe a calma, despertando um sentimento harmônico capaz de promover a unidade nacional. As emoções agem assim, enchendo as frases de cosmologia e tensão com o sutil manto encantador das palavras.

O segundo secretário, Manoel Ferreira Lagos, fez um pronunciamento, no dia 25 de março, de cumprimentos ao Imperador referente ao décimo nono aniversário do juramento da Constituição Política Brasileira. Começa dizendo que o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro interessado sempre naqueles acontecimentos, que marcam na história da pátria épocas memoráveis” estava ali para saudar o monarca. Não deixa de fazer uma clara defesa ao sistema político do Império, destacando que o Brasil modificou a noção de “liberdade Americana com as vantagens de uma Monarquia Constitucional”. Mas, para nós, o momento mais atrativo do discurso do segundo secretário é quando mostra que a subida de D. Pedro II ao trono deu seguridade à constituição do Império:

Escapos desta arte aos redemoinhos por que tem passado os estados nossos conterrâneos, nós vemos seguro na Constituição do Império o Trono de V. M. I., e com ele as esperanças da nossa felicidade e engrandecimento. A Constituição jurada fecha o abismo das revoluções. Elas jamais poderão medrar onde princípios tão liberais desarmam espíritos inquietos, que não faltam em todos os governos. A paz e a justiça, que regem o Governo de V. M. I., serão sempre o escudo da nossa segurança e bem ser (102ª Sessão em 3 de Abril de 1843, 1885: p. 259).

Depois afirma que será o Instituto: “que fará ver ao mundo por seus escritos quanto foi grande, quanto interessante ao Império do Brasil, o ato do juramento da Constituição Política Brasileira; dada pelo seu imortal Fundador, e sustentada vigorosamente pela honra e sabedoria de V. M. I.” (102ª Sessão em 3 de Abril de 1843, 1885: p. 259).

Tudo isso ocorre em 1843, três anos após o golpe palaciano-parlamentar e dois após a sagração e coroação de D. Pedro II. As emoções escapam pelas palavras. O posicionamento contra a república e contra a fragmentação estava claro. Os discursos deixam transparecer que se não fosse o Imperador a felicidade seria usurpada pelas revoluções, a paz e a justiça estariam ameaçadas pelos espíritos inquietos e a segurança seria violada, pois não haveria o grande escudo de S. M. I.

No discurso do dia 18 de Julho do mesmo ano, Candido José de Araújo Vianna destaca:

Há dois anos, Senhor, testemunhou contente esta capital a mais fervorosa manifestação do amor que, por V. M. I., abrasando os corações Brasileiros, trouxe de todos os pontos do Império os fiéis súditos de V. M. I., e os reuniu ante os altares para renderem graças ao Supremo Dador dos Spectros pelo complemento do ato solene e majestoso, que entre outras esperanças oferecia ainda as do aumento de força... (108ª Sessão em 20 de Julho de 1843, 1885: p. 382).

O que é dito sobre a subida do Imperador ao trono provoca, ou tem a intenção de provocar, um efeito *patêmico* de admiração e esperança, fazendo com que orador, ouvinte e objeto do discurso (o Imperador e o Instituto), fossem influenciados mutuamente. Entre metáforas e palavras que despertam a sensibilidade dos ouvintes como “amor”, “solene e majestoso”, “corações” etc., o discurso se veste com emoções a fim de atingir a persuasão.

A deputação que foi honrar o Imperador em 23 de julho de 1841 afirmava que a chegada no poder de D. Pedro II deu “assim estabilidade e ordem ao vacilante Império de Santa Cruz” (68ª Sessão em 12 de Agosto de 1841, 1885: p. 382). Mas esse fato também prova outra coisa: que as ciências, as letras e as artes podem, daquele momento em diante, se desenvolver seguramente sob a luz do Sol e da Lua mediante a proteção de V. M. I.

Em 25 de março de 1842, a deputação enviada ao Imperador, para felicitá-lo no dia do aniversário do juramento da Constituição, ressalta a Independência do país e, com ela, a nova “época gloriosa nas páginas da nossa história” após a chegada do monarca ao trono. O Instituto então busca fortalecer essa imagem:

A certeza em que está o Instituto de que V. M. I. lhe acrescenta novos fulgores pelos incansáveis desvelos com que sustenta a constituição, coroa imarcescível de nossa Independência, leva o Instituto a respeitar por muitos títulos o reinado de V. M. I., como o d’aqueles monarcas que, fazendo a felicidades seus povos, adquirem imortal glória, tanto nas presentes como nas futuras gerações (83ª Sessão em 31 de março de 1842, 1842: p. 109).

Além de diversos elementos retóricos que já foram observados aqui, esta passagem demonstra o intuito de se reafirmar o ideal liberal. Por isso, destaca-se o cumprimento leal do Imperador à constituição, aspecto bastante valorizado pelo IHGB.

Em 1841 uma deputação nomeada pelo presidente da instituição foi cumprimentar D. Pedro II na mesma data:

A Vossa Majestade Imperial, herdeiro de tamanha glória, assim como partilha da Nação os frutos de tão grande benefício [o grito do Ipiranga que promoveu a Independência do país], dirige o Instituto Histórico e Geográfico, por esta deputação, suas respeitadas felicitações, e renova seus puríssimos votos de amor e fidelidade à Pessoa Augusta de Vossa Majestade Imperial (70ª Sessão Em 13 de Setembro de 1841, 1841: p. 370).

Nesses discursos, como nos outros, há atos expressivos que descrevem estados mentais/psicológicos do enunciador, “de modo que atos como *lamentar*, *congratular* ou *agradecer* manifestam explicitamente uma ‘carga’ emocional constitutiva de seu sentido” (MARI e MENDES, 2007, p. 159). Assim, Bellegarde enuncia: “esperando que se sucedam longamente

os aniversários deste dia, em que de novo tem de *congratular* a V. M. I. e ao Povo Brasileiro por tão fausto motivo” (47ª Sessão em 18 de Setembro de 1840, 1916, p. 430).

As ideias liberais em tais peças retóricas são consideradas um marco da civilização, que representa a passagem de uma etapa nefasta, dominada pelo autoritarismo, para uma nova condição que tem em seu estandarte a liberdade. A nossa Independência fez surgir “o Trono Brasileiro rodeado de instituições liberais” (70ª Sessão em 13 de setembro de 1841, 1841: p. 370) diz a deputação enviada ao Imperador no dia Sete de Setembro de 1841.

No Brasil, o liberalismo misturou-se com a ideia de Constituição, que foi ganhando forma no período da Independência. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves assinala que havia quatro modelos de constitucionalismo que perpassavam as linguagens políticas desde os pródomos da Independência: o democrático, o de Montesquieu, o de Benjamin Constant e um constitucionalismo histórico. Esses modelos se propuseram a reagir aos interesses do vintismo português que ameaçava o Brasil por meio de um discurso retrógrado que desafiava os interesses das elites coloniais (NEVES, 2009: p. 186).

Após a Independência um liberalismo à brasileira se propaga de duas formas: os dos liberais mais “democráticos” e o dos *monarquianos*, os chamados *coimbrãos*, como destaca Christian Edward Cyril Lynch. Os primeiros tinham uma simpatia com o liberalismo vintista, como Frei Caneca que acusava José Bonifácio de despótico. E, os últimos, que conseguiram articular o liberalismo com a permanência de um governo representativo relativamente forte, e foi o que vigorou na primeira metade do século XIX, com exceção do período conturbado das regências.

Após 1837, os liberais moderados misturam-se com alguns conservadores e com uma nova geração de políticos, e fundam o que foi batizado como os Saquaremas. O princípio monárquico é cultivado por este “partido”, defendendo um “governo parlamentar pautado na tutela da Coroa”. A partir de então, o conceito de liberal misturou-se com o conceito de progresso. “Já por esse tempo, *liberal* deixara de ser meramente antônimo de *absolutista*, para se tornar sinônimo de pessoa de ideias avançadas, isto é, de *progressista*”. O mais liberal era aquele que conseguisse persuadir de que o seu projeto era o motor da civilização nos trópicos.

Segundo Lynch, no Brasil, “o verdadeiro liberal era o conservador, que exigia, pela centralização, o robustecimento da autoridade do Estado, agente civilizador capaz de se impor à aristocracia rural, acessar a população subjugada no campo e fazer valer os direitos civis”.

O liberal é aquele que defende um Estado que impulsiona o progresso e o acesso a felicidade. Um projeto de felicidade inaugurado pelo iluminismo (MINOIS, 2011: p. 292). Por isso a retórica dos eruditos do IHGB é marcada pela frequência do uso das palavras felicidade e paz, através de um Estado que fortalecia a centralização e combatia os interesses provincianos. Aproveitando-se das circunstâncias históricas, o discurso dos letrados buscava convencer de que o governo de d. Pedro II era o mais liberal, o mais viável para se chegar à prosperidade. Não é à toa que esse “discurso liberal de direita encontrará seu zênite durante os primeiros vinte anos do reinado de Pedro II” (LYNCH, 2009: pp. 153-155).

Uma retórica ao redor da Constituição e do momento em que ela foi jurada estaria presente nos discursos dos membros, pois era obrigação do IHGB reservar um lugar específico para ambos na memória nacional. Pelo menos é o que diz o Sócio efetivo, o Sr. Dr. João Antônio de Miranda na qualidade de orador de uma deputação enviada ao Imperador nas comemorações do Juramento da Constituição do Império em 1844: “Senhor – O aniversário solene de uma grande época, que prende as mais gratas e gloriosas recordações ao futuro, mais rico de esperançosos e brilhantes acontecimentos, nunca volverá indiferente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Miranda continua afirmando que trata-se de uma data “verdadeiramente nacional” e que “será, como todas as épocas memoráveis de nossa vida política, um dia de glória para a causa da Pátria, sempre grato, lisonjeiro, e venerando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Observa-se que o Instituto sempre tenta colocar sua imagem e participação na perpetuação do ato glorioso, evidenciando o seu lugar ao lado da causa da Pátria.

Miranda partia de uma ideia unânime no Instituto, de que a defesa da Constituição por D. Pedro II oferecia “a maior expansão e regozijo nacional”, além de ser uma “ideia salvadora”. O apoio do Instituto a essa política de salvação da pátria, deveria ultrapassar as épocas. Fortificando ainda mais a adesão do grêmio à tal política, deseja vida longa ao condutor da mesma que, por sinal, era, também, o mecenas da associação:

É este sentimento unânime dos povos, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o partilha em súbito grau, e que, sob a proteção Augusta de V. M. I., tem a seu cargo legar às gerações remotas a notícia imperial dos fatos que continuam a história da pátria, eleva reconhecendo ao Ente Supremo as mais fervorosas súplicas para que conserve, como espera e é de mister ao Brasil, a preciosa vida de V. M. I. por dilatados anos (122^a Sessão em 27 de Abril de 1844, 1973: pp. 258-259).

Vida longa ao Imperador era o mesmo que dizer vida longa ao regime político imperial. Um sentimento comum que, por meio das palavras com estilo, das paixões expressas na fala e

da identidade política e emocional evidente no discurso, o Instituto destaca o seu lugar e missão no circuito político monárquico.

Podemos, por fim, notar o mesmo no discurso de Gonçalves de Magalhães em deputação enviada a D. Pedro II no dia 23 de Julho, dia da festa da maioridade, do ano de 1847. “Continue o céu a dilatar os preciosos dias de V. M. Imperial para a glória sua e completo triunfo da causa constitucional, da ordem, das ciências, das letras, das artes em todo este vasto continente” (174ª Sessão em 15 de Agosto de 1847: pp. 431-432). As ideias eram alimentadas por diversos adornos retóricos que tinham o objetivo de dar pujança às mesmas.

Mas são as formas expressivas carregadas de emoção que mais se destacavam nessas deputações. Elas estão claras na comemoração do casamento do Imperador; outro dia festivo! Nos finais de seus 17 anos, D. Pedro II casou-se com Teresa Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias, momento de extrema significância para o destino da nação, segundo afirma a alocução de visconde de São Leopoldo, cumprimentando o soberano por tal ato:

Senhor: realizaram-se em fim os votos, os anciosos desejos da Nação Brasileira; ela exulta de prazer ao ver ao lado de V. M. I. Esposa digna de seu Augusto Coração; escolha do desvelado amor por seus súditos, os quais aplaudem reproduzidas as graças, os dotes d'alma, as virtudes possuídas pelos Soberanos que tem feito o ornamento deste Solio Imperial; e por tão feliz união, fruto da sabedoria de V. M. I., auguras ao Brasil altas venturas (112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843, 1885: p. 401).

Esta deputação é enviada para manifestar o respeito ante V. M. I., e expressar os “fieis sentimentos de jubilo pelo seu ditoso consórcio”. Mas não é apenas o Imperador que era alvo dessas frases suntuosas e tocantes, houve outro pronunciamento direcionado a S. M. a Imperatriz. Neste, o IHGB, representado pela figura do visconde, parecia querer contar para Tereza Cristina a relação do Imperador com o Instituto e a importância deste para o progresso nacional:

Senhora: Uma sociedade científica, que blasona da Proteção especial de S. M. o Imperador, e esse o seu maior título de glória: que se ufana de ser no Brasil o centro de reunião das ilustrações e notabilidade literárias, nacionais e estrangeiras; nos incumbiu da honrosa missão de render a V. M. I. respeitosa homenagem, e de implorar graciosa benevolência (112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843, 1885: p. 401).

A interação do IHGB com a monarquia é taxativa em tal enunciado. Ele se mostra como o centro de todo o conhecimento do Brasil, revelando assim seu caráter chave na política de centralização desenvolvida a partir do golpe palaciano-parlamentar de 1840; pois era um elemento centralizador em termos culturais, assim como a monarquia o era para política.

Há uma alocução de Manoel Araújo Porto Alegre, anos mais tarde, que demonstra a capacidade do IHGB de dar um significado à história de acordo com os interesses do momento. O dia 7 de abril era honrado pelo Instituto, entretanto, ainda era uma data complicada devido às “paixões contemporâneas” (103ª Sessão em 20 de Abril de 1843, 1885: p. 201). Porto Alegre, porém, constrói seu discurso de tal forma que suas palavras dão um sentido aos eventos de maneira que permite eliminar qualquer interpretação prejudicial à imagem do primeiro imperador, até porque era do pai de D. Pedro II quem se estava falando.

Elevação de S. M. I. ao Trono, era como ficou conhecido, no IHGB, o dia em que D. Pedro I abdicou de suas funções no governo brasileiro. Direcionando-se ao Imperador, Manoel Araújo Porto Alegre diz: “Senhor! – Esse dia é um dos mais notáveis da nossa história, porque marca uma dessas grandes peripécias do drama contínuo da humanidade”. A partir de um modelo que se enquadrava no regime de historicidade da época, a ideia de progresso e continuidade, dada à imagem dos Bragança, é pertinente (HARTOG, 2006: p. 16). Porto Alegre quer destacar que o grande feito de D. Pedro I foi ter deixado seu filho como objeto principal de união e salvação da nação. Mas, para tal, apodera-se de uma suntuosa facúndia.

O orador oficial, cargo que Porto Alegre desempenhava no IHGB, recupera a figura de Carlos V, grande imperador do século XVI que conquistou uma vasta região do globo. Entretanto, D. Pedro I, “o Augusto Protagonista”, “já pela grandeza de seu ânimo, já como Apostolo da liberdade nos dois mundos” é o “príncipe herói” que se tornou ainda mais grandioso “quando colocou sobre a Augusta Fronte de V. M. I. o único diadema do novo mundo”. Por abdicar o trono no Brasil e ir para Portugal, Porto Alegre o cumprimenta “de sua virtuosa missão no velho mundo”, no entanto, tal ato glorioso, só seria reconhecido na posterioridade: “Horas se passarão, que ocuparão anos inteiros aos futuros escritores: a intimidade dos fatos é tão grandiosa que só o espaço dos tempos é capaz de abrangê-la e apreciá-la”.

Em seguida, o maior artista do Instituto apropria-se de uma analogia relacionada ao mundo da arte, estratégia destacável, pois seu currículo de venerável pintor, aprendiz de Debret, dava-lhe autoridade. “Os grandes homens, Senhor, são como a cúpula de Miguel Angelo, que parece crescer e dobrar na harmonia das formas, à proporção que dela se alonga o viandante”. Uma analogia que legitima seu argumento de que somente a posterioridade entenderá a atitude de D. Pedro I. Daí complementa, que a “mente do historiador será mais de uma vez subjugada

pelo resultado de fatos tão extraordinários, e seu entusiasmo converterá em uma epopeia a história do Senhor D. Pedro I”.

Porto Alegre é enfático: “A Deus e a ele [D. Pedro I] devemos o possuir a V. M. I., que n’este dia se constituiu o Paládio sagrado de nossa união; a esperança de nossa futura grandeza, e a realidade de nossa ventura”. Essa passagem é de uma eloquência fortíssima, pois não só a questão do sagrado é trazida para a enunciação, como, também, a esperança, despertando paixões, relacionando-as ao ideal de união política.

A conclusão que se almejava chegar era a seguinte: a manutenção da unidade nacional não dependeu apenas de D. Pedro II, mas também de seu pai. Em primeiro lugar porque sem este, aquele não existiria; e, em segundo, pelo fato de D. Pedro I haver salvado duas nações. Proclamou a Independência e deixou um herdeiro para assegurar tão grandiosa obra, mostrando que se importava com os destinos do Brasil. Ao mesmo tempo, não se esqueceu da “Mãe Pátria”³, para onde voltou com o propósito de restaurar o trono de sua filha, que estava sendo usurpado por seu irmão e futuro genro D. Miguel.

Por todos esses atos gloriosos de D. Pedro I, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil se inclinou “com o mais profundo acatamento” em “saudar a V. M. I., cujo reinado nos augura o século de Augusto” (103ª Sessão em 20 de Abril de 1843, 1885: pp. 261-262).

Considerações finais

Como mostrou Lucia Paschoal Guimarães “à medida que o país alcançava a estabilidade interna os habituais pronunciamentos políticos começariam a ocupar menos espaço na *Revista*” (GUIMARÃES, 2012: p. 44), foi o caso das deputações enviadas ao Imperador D. Pedro II. Mas ainda era algo que constava na lei interna da instituição, como revela Joaquim Manoel de Macedo, primeiro secretário da associação, no relatório dos trabalhos anuais de 1855:

com o Instituto sucede, que a sua lei lhe recomenda que uma comissão do seio faça ouvir a voz do reconhecimento e d fidelidade perante o trono augusto de S. M. Imperial nos dias faustosos da pátria; sobressai pois o esmero e a ufanía com que o Instituto desempenha esta sagrada e ao mesmo tempo inapreciável disposição da sua lei. (MACEDO, 1855: p. 486)

No entanto, há sim uma queda. No ano de 1855, por exemplo, em que Macedo destaca com uma pitada de retórica a questão, não se encontra um só relato na *RIHGB* de deputações enviadas ao Imperador.

³ Ao longo dos anos a antiga metrópole passou a ser denominada “Mãe Pátria” pelos membros do Instituto como forma de homenagear as raízes europeias (lê-se “civilizadas”) do Brasil. (GUIMARÃES, 2011: p. 83)

A partir de 1849, o IHGB tem seu status elevado; o Imperador cede salas nas novas instalações do Paço Imperial para que fossem comemoradas as sessões. A partir de então, o próprio monarca passa a conviver com os membros do Instituto marcando presença todas as quintas feiras, dias em que eram realizados os encontros dos letrados a partir de abril de 1848. Não precisava mais mandar deputações ao Imperador, ele já estava ali, com sua augusta presença estabelecendo um convívio intelectual com os sócios. Outra hipótese, é que há um investimento maior nesses momentos representativos quando um governo precisa se firmar, depois a necessidade diminui. No limiar da década de 1840, as deputações estavam ali para alimentar o acontecimento da Maioridade e da coroação e sagração de D. Pedro II como algo que “salvaria” a nação de um possível esfacelamento. A presença de uma instituição do porte do IHGB, que abrigava elementos das elites culturais e políticas do Império, era de impetuosidade significativa. Desta feita, quando a tensão vai se obliterando da memória, quando os conflitos internos são extirpados ao findar da década de 1840, o governo imperial vai se consolidando, se tornando estável, o que, por sua vez, deu espaço ao Instituto para canalizar seus gastos em outras questões. As deputações vão desaparecendo e vão surgindo cada vez mais comissões, como as de linguística, arqueologia, etnografia etc. As palavras, neste momento, passam a ser úteis em outras atividades.

Mas como podemos constatar, o investimento destas elites políticas e culturais na retórica, em criar discursos pomposos, é, sem dúvida, um dos caminhos para compreender a concretização e consolidação do projeto político que defendiam ao lado do Estado imperial centralizador.

Referências Bibliográficas

Fontes primárias:

O *Patriota*, n. 4, out. 1813, p. 90.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Discursos:

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. “Discurso de Abertura”. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 420. (1840). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

Relatório:

MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatório”. In: *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo XVIII, tomo 5º da terceira série, Imprensa Nacional, 1896. (1855). Disponível em [http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018%20\(2\).pdf](http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1855t0018%20(2).pdf) Acesso em: 02 de junho de 2015.

Seções:

8ª Sessão (ordinária) em 23 de Março de 1839. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed, Tomo I, Imprensa Nacional, 1908. p. 52. (1839). Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1839t0001c.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2011.

47ª Sessão em 18 de Setembro de 1840. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 ed, Tomo II, 1916. p. 430. (1840) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

53ª sessão em 5 de Dezembro de 1840. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed. Tomo II, Imprensa Nacional, 1916. p. 549. (1840) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1840t0002c.pdf>. Acesso: 12 de maio de 2011.

68ª Sessão em 12 de Agosto de 1841. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, 1841. p. 360. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

70ª Sessão em 13 de setembro de 1841. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo III, Tipografia de D. L. dos Santos, 1841. p. 370. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1841t0003c.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2011.

83ª Sessão em 31 de março de 1842. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo IV, Imprensa Americana de L. P. da Costa, 1842. p. 109. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1842t0004c.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2011.

102ª Sessão em 3 de Abril de 1843. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed., Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C. 1885. p. 259. (1843) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

103ª Sessão em 20 de Abril de 1843. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed., Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C., 1885, pp. 261-262. (1843) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

108ª Sessão em 20 de Julho de 1843. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed., Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C. 1885. p. 382. (1843) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

112ª Sessão em 14 de Setembro de 1843. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 3 ed., Tomo V, Tipografia Universal de Laemmert & C. 1885. p. 401. (1843) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1843t0005c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

122ª Sessão em 27 de Abril de 1844. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, Tomo Sexto, Kraus Reprint, 1973. pp. 258-259. (1844) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006c.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

174ª Sessão em 15 de Agosto de 1847. *R.IHGB*, Rio de Janeiro, 2 ed., Tomo IX, Tipografia de João Ignácio da Silva, 1869. pp. 431-2. (1847) Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1847t0009c.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2011.

Artigos e livros:

ARISTÓTELES. *Arte retórica e poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

CEZAR, Temístocles. “A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso das origens dos Tupis”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CEZAR, Temístocles. “Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*, DHI/UEM, v.8, n. 1, p. 11-28, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. “A patemização na televisão como estratégia de autenticidade”. In: MACHADO, Ida Lucia e MENDES, Emília. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Vol. 2. Trad: Emília Mendes. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica à moda brasileira: tradições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746 a 1834*. São Paulo: EdUnesp, 2013.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. “O periódico de uma société saviant: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)”. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul.-dez. 2012

GUIMARÃES, Manoel Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARTOG, François. “Tempos do mundo, história, escrita da história”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, pp. 15-25, 2006.

HOBSBAWM, Eric. E RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad: Celina Cardim Cavalcante. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KRAAY, Hendrik. “Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência”. In: PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. (Orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Trad: Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- LYNCH, Christian Edward Cyril. “Liberal/liberalismo”. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- MARI, Hugo e MENDES, Paulo Henrique A.. “Enunciação e emoção”. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília. (Orgs.). *As Emoções no Discurso*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade nacional”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n 1, pp. 08-26, maio, 2005.
- MAYER, Arno J. *A Força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. Trad: Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1987
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Trad: António Hall. Lisboa: Edições 70, 2007.
- MINOIS, Georges. *A idade de ouro: história da busca da felicidade*. São Paulo: EdUnesp, 2011.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. “Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- OZOUF, Mona. *L'École de la France: essais sur la Révolution, l'utopie et l'enseignement*. Paris: Gallimard, 1984
- PLANTIN, Christian. “Pathos”. Trad. Roselene de Fátima Coito. In: CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique (Orgs.). *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- QUINTILIANO, M. Fabio. *Instituições oratórias*. Trad: Jeronymo Soares Barbosa. Tomo Primeiro, Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1788.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: UNB, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.
- WEHLING, Arno. *Estado, História, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

* * *

Como citar:

FAGUNDES, Raphael Silva. A retórica nas festividades nacionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto político imperial através dos discursos. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº. 04. Ano 02. abr.-set. 2015. pp. 27-46. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos> >. ISSN 2179-7528.